

Ganho de bancos com tarifas cresce 19%

Faturamento das 5 maiores instituições privadas com a cobrança chegou a R\$ 27,5 bi; emissão de cartão ficou 16% mais cara em um ano

Quitação antecipada de débito teve maior reajuste: 135%; Febraban diz que cobrança evita desequilíbrio nas contas dos bancos

NEY HAYASHI DA CRUZ

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O faturamento dos cinco maiores bancos privados do país com a cobrança de tarifas chegou a R\$ 27,545 bilhões em 2006, um crescimento de 19% em relação ao resultado de 2005. Os dados foram levantados pela consultoria Austin Ratings a partir dos balanços das instituições financeiras. Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal não foram incluídos porque ainda não divulgaram os resultados do ano. Quem mais arrecadou com a cobrança de tarifas foi o Itaú, que no ano passado faturou R\$ 9,097 bilhões com a prestação de serviços a seus clientes. O maior crescimento foi alcançado pelo Santander Banespa, cuja receita de tarifas aumentou 23% entre 2005 e 2006.

Esse faturamento ajudou a compensar efeitos contábeis que algumas operações tiveram sobre o lucro dos bancos no ano passado. Bradesco, Unibanco e Itaú optaram por descontar de seus resultados o ágio pago na aquisição de outras instituições financeiras.

Ágio é a diferença entre o preço pago na aquisição de uma empresa e o valor efetivo do seu patrimônio. A lei permite que esse ágio seja descontado do lucro líquido do comprador, que consegue, assim, um abatimento nos impostos a pagar.

Por esse critério, em 2006, o lucro líquido dos cinco maiores bancos privados caiu 9%, totalizando R\$ 14,421 bilhões, também segundo a Austin Ratings. Os maiores ganhos foram obtidos pelo Bradesco, que lucrou R\$ 5,054 bilhões no ano. O aumento na receita obtida com tarifas pode ser explicado por vários motivos, como a elevação no número de pessoas e empresas que utilizam os serviços prestados pelos bancos. O movimento pode indicar, também, reajustes mais frequentes nessas taxas.

Pesquisa feita pelo Banco Central mostra que, na média, as tarifas bancárias foram reajustadas acima da inflação. Segundo o levantamento, a emissão de cartão de débito, por exemplo, custava R\$ 9,39 para pessoas físicas em março de 2006. Neste mês, o valor médio já havia subido para R\$ 10,93 -crescimento de 16,4%.

Para as empresas, também houve aumento. No mesmo período, a tarifa cobrada de pessoas jurídicas pela devolução de cheques por insuficiência de fundos passou de R\$ 11,57 para R\$ 12,33, alta de 6,6%.

Mas os maiores reajustes foram feitos na tarifa cobrada quando o cliente decide pagar antecipadamente suas dívidas com os bancos. Nesses casos, o aumento ocorrido de um ano para cá foi de mais de 100%. Entre março do ano passado e janeiro deste ano, a inflação medida pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) ficou acumulada em 2,6%.

Cientes informados

Para Maria Elisa Moraes, advogada do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor), os clientes devem ficar atentos para evitar cobranças abusivas por parte dos bancos. Segundo ela, muitas vezes as pessoas não são informadas sobre as regras que as instituições financeiras devem seguir ao cobrar suas taxas.

Um dos principais pontos abordados pelo Idec é a obrigatoriedade dos bancos em informar aos seus clientes as tarifas que praticam. "Não basta colocar cartazes nas agências, pois hoje em dia os próprios bancos desestimulam as pessoas a freqüentar suas dependências."

Segundo a advogada, o cliente deve ser informado sobre as tarifas cobradas pelo banco no momento da abertura de conta, e todas as alterações que ocorram posteriormente devem ser comunicadas por meio de carta enviada a cada cliente.

No caso da tarifa sobre o pagamento antecipado de dívidas, Moraes afirma que essa cobrança só pode ser feita se estiver prevista no contrato de concessão de crédito. De acordo com ela, esse contrato deve estipular o valor e as condições em que essa tarifa pode ser cobrada, caso contrário o cliente pode recorrer à Justiça.